

Copel Renováveis S.A.

CNPJ/MF 19.126.003/0001-02

NIRE: 41300088276

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE | 3 |
| PERFIL ORGANIZACIONAL | 4 |
| COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA | 5 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 6 |
| Balancos Patrimoniais | 6 |
| Demonstrações de Resultados | 7 |
| Demonstrações de Resultados Abrangentes | 7 |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | 8 |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 9 |
| Demonstrações do Valor Adicionado | 10 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 11 |
| 1 Contexto Operacional..... | 11 |
| 2 Base de Preparação..... | 11 |
| 3 Principais Políticas Contábeis | 12 |
| 4 Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 15 |
| 5 Transações com Partes Relacionadas | 16 |
| 6 Obrigações Sociais e Trabalhistas | 16 |
| 7 Outras Obrigações Fiscais | 17 |
| 8 Benefícios Pós-Emprego..... | 17 |
| 9 Patrimônio Líquido | 22 |
| 10 Despesas Operacionais | 22 |
| 11 Instrumentos Financeiros | 23 |
| RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 26 |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 28 |

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A economia brasileira foi submetida a dura prova em 2015 e o setor elétrico, engrenagem essencial à totalidade da cadeia produtiva, não fugiu a esta realidade, confrontando dificuldades específicas nos cenários regulatório, econômico e ambiental que apenas lenta e paulatinamente vêm sendo equacionadas. Em meio à adversidade, a Copel Renováveis S.A. soube criar, a partir destes mesmos desafios, as oportunidades de crescimento que somente as crises mais complexas nos apresentam.

A Companhia foi criada com o intuito de ampliar nossa atuação não apenas na geração eólica, mas também em projetos solares, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, com a gestão de projetos aptos a participar de leilões, sempre acompanhando a evolução tecnológica destes setores em busca de oportunidades sustentáveis de investimento.

Com a gestão da Copel Renováveis S.A., no referido ano iniciou-se a operação dos primeiros parques eólicos no Nordeste, encerrando o exercício com 277,6 MW de potência instalada em 11 parques de dois diferentes complexos. Até 2018, a meta é adicionarmos mais 332,0 MW de capacidade instalada em 13 novos parques eólicos, cuja obra iniciou em janeiro de 2016, empreendimento respondendo a um investimento de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão.

Por meio de sua gestão, utilizando geração eólica, a Copel Renováveis S.A. aumentou em 5% a capacidade instalada do parque gerador da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Nossa atuação se dá em consonância com o planejamento estratégico da Controladora, que contribui para estabelecer um protagonismo das fontes alternativas no parque gerador brasileiro nos próximos anos.

Curitiba, 22 de março de 2016.

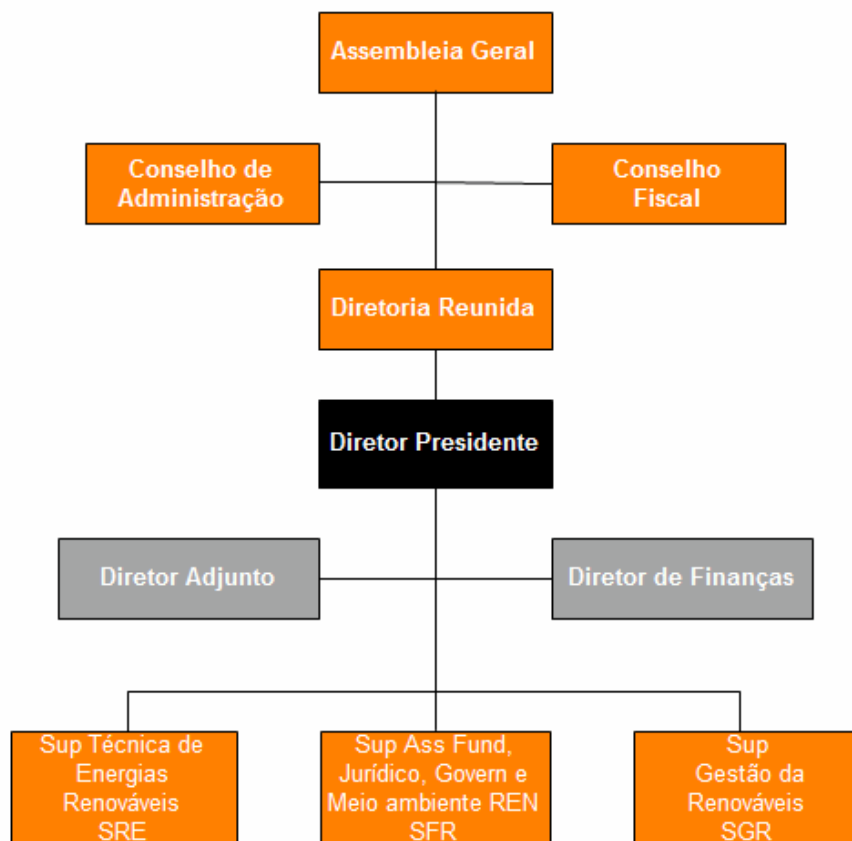
Ricardo Goldani Dosso

Diretor Presidente

PERFIL ORGANIZACIONAL

Para cumprir com importantes diretrizes estratégicas e de sustentabilidade estabelecidas para o negócio de geração, foi criada em 2013 a Copel Renováveis — que tem como sua principal finalidade aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética de forma rentável e sustentável.

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia:



COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente JONEL NAZARENO IURK
Secretário Executivo RICARDO GOLDANI DOSSO
Membro VAGO

CONSELHO FISCAL

Presidente JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
NELSON LEAL JUNIOR
Membros Suplentes OSNI RISTOW
ROBERTO BRUNNER
GILMAR MENDES LOURENÇO

DIRETORIA

Diretor Presidente RICARDO GOLDANI DOSSO
Diretor de Finanças LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor Adjunto JULIO CESAR DE CASTRO MARTINS

CONTADORA

CRC-PR-041655/O-6 NANCY ATENALIA ALVES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

| ATIVO | NE nº | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|-------|---------------|--------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.144 | 2.667 |
| Outros créditos | | 202 | 143 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 46 | 4 |
| Despesas antecipadas | | - | 7 |
| Partes relacionadas | 5 | 14.393 | - |
| | | 21.785 | 2.821 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Depósitos judiciais | | 119 | 24 |
| | | 119 | 24 |
| Imobilizado | | 52 | - |
| Intangível | | 114 | - |
| | | 285 | 24 |
| TOTAL DO ATIVO | | 22.070 | 2.845 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

| PASSIVO | NE nº | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|-------|---------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 6 | 2.131 | 1.261 |
| Partes relacionadas | 5 | 312 | 1.137 |
| Fornecedores | | 247 | 97 |
| Outras obrigações fiscais | 7 | 6 | - |
| Benefícios pós-emprego | 8 | 15 | 5 |
| Outras contas a pagar | | 3 | 196 |
| | | 2.714 | 2.696 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Outras obrigações fiscais | 7 | 125 | 29 |
| Benefícios pós-emprego | 8 | 1.335 | 2.265 |
| Outras contas a pagar | | 7 | - |
| | | 1.467 | 2.294 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 9.1 | 8.300 | 2.000 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 20.749 | 6.300 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 9.2 | (966) | (2.265) |
| Prejuízos acumulados | | (10.194) | (8.180) |
| | | 17.889 | (2.145) |
| TOTAL DO PASSIVO | | 22.070 | 2.845 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

| | NE nº | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Despesas Operacionais | 10 | | |
| Despesas gerais e administrativas | | (2.235) | (7.779) |
| Outras despesas | | (7) | - |
| Resultado da equivalência patrimonial | | (1) | - |
| | | (2.243) | (7.779) |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | (2.243) | (7.779) |
| Resultado Financeiro | | | |
| Receitas financeiras | | 235 | 22 |
| Despesas financeiras | | (6) | - |
| | | 229 | 22 |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | (2.014) | (7.757) |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

| | NE nº | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|-------|----------------|-----------------|
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | (2.014) | (7.757) |
| Outros resultados abrangentes | | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | | | |
| Ganhos (perdas) com passivos atuariais - benefícios pós-emprego | 9.2 | 1.299 | (2.265) |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | | (715) | (10.022) |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

| | NE nº | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Ajustes de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total |
|--|-------|----------------|---|----------------------------------|----------------------|-----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2014 | | 830 | - | - | (423) | 407 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (7.757) | (7.757) |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Perdas atuariais | 9.2 | - | - | (2.265) | - | (2.265) |
| Resultado abrangente total do exercício | | - | - | (2.265) | (7.757) | (10.022) |
| Recebimento de adiantamento | | - | 6.300 | - | - | 6.300 |
| Aumento de capital | | 1.170 | - | - | - | 1.170 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | | 2.000 | 6.300 | (2.265) | (8.180) | (2.145) |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (2.014) | (2.014) |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Ganhos atuariais | 9.2 | - | - | 1.299 | - | 1.299 |
| Resultado abrangente total do exercício | | - | - | 1.299 | (2.014) | (715) |
| Recebimento de adiantamento | | - | 20.749 | - | - | 20.749 |
| Aumento de capital | | 6.300 | (6.300) | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | | 8.300 | 20.749 | (966) | (10.194) | 17.889 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

em milhares de reais

| | NE nº | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|-------|-----------------|----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Prejuízo do exercício | | (2.014) | (7.757) |
| Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a utilização de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado da equivalência patrimonial | | 1 | - |
| Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego | 8.4 | 388 | 26 |
| Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais | 8.4 | 1.214 | 515 |
| Provisões e reversões operacionais líquidas | 10 | 7 | - |
| | | (404) | (7.216) |
| Redução (aumento) dos ativos | | | |
| Depósitos judiciais | | (95) | (24) |
| Outros créditos | | (59) | (143) |
| Imposto de renda e contribuição social | | (42) | (4) |
| Despesas antecipadas | | 7 | (7) |
| Aumento (redução) dos passivos | | | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 870 | 1.170 |
| Fornecedores | | 150 | 97 |
| Outras obrigações fiscais | | 102 | 29 |
| Benefícios pós-emprego | 8.4 | (1.223) | (538) |
| Outras contas a pagar | | (186) | 196 |
| CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | (880) | (6.440) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Créditos concedidos a partes relacionadas | | (14.393) | - |
| Aquisições de investimentos | | (8) | - |
| Aquisições de imobilizado | | (52) | - |
| Aquisições de intangível | | (114) | - |
| CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | (14.567) | - |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Ingressos de obrigações com partes relacionadas | | - | 1.137 |
| Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital | | 20.749 | 6.300 |
| Aumento de capital | | - | 1.170 |
| Amortização de principal de obrigações contraídas com partes relacionadas | | (825) | - |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | 19.924 | 8.607 |
| TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 4.477 | 2.167 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.667 | 500 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.144 | 2.667 |
| VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 4.477 | 2.167 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas | - | - |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Material, insumos e serviços de terceiros | 374 | 480 |
| Outros insumos | 19 | 35 |
| | 393 | 515 |
| (=) VALOR ADICIONADO BRUTO | (393) | (515) |
| (-) Depreciação e amortização | - | - |
| (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | (393) | (515) |
| (+) Valor adicionado transferido | | |
| Receitas financeiras | 235 | 22 |
| | 235 | 22 |
| | (158) | (493) |

| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 31.12.2015 | % | 31.12.2014 | % |
|---|-------------------|----------------|-------------------|------------------|
| Pessoal | | | | |
| Remunerações e honorários | 948 | | 4.604 | |
| Planos previdenciário e assistencial | 207 | | 541 | |
| Auxílio alimentação e educação | 103 | | 231 | |
| Encargos sociais - FGTS | 88 | | 328 | |
| Indenizações trabalhistas | - | | 120 | |
| Participação nos lucros e/ou resultados | 148 | | 321 | |
| | 1.494 | (945,6) | 6.145 | (1.246,4) |
| Governo | | | | |
| Federal | 310 | | 1.096 | |
| Municipal | 1 | | - | |
| | 311 | (196,8) | 1.096 | (222,3) |
| Terceiros | | | | |
| Juros | 2 | | - | |
| Arrendamentos e aluguéis | 49 | | 23 | |
| | 51 | (32,3) | 23 | (4,7) |
| Acionistas | | | | |
| Prejuízos retidos na empresa | (2.014) | | (7.757) | |
| | (2.014) | 1.274,7 | (7.757) | 1.573,4 |
| | (158) | 100,0 | (493) | 100,0 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Renováveis S.A (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem como objeto gerar, transmitir e comercializar energia oriunda de fontes que possuam capacidade de regeneração por meios naturais, bem como estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de geração e transmissão de energia das fontes descritas; e prestar serviço de consultoria e engenharia, dentro de sua área de atuação.

1.1 Participação societária

A Companhia detém 100% do capital social da empresa Copel Brisa Potiguar S.A., constituída em 21.01.2015, com sede social em Curitiba/PR e com a atividade principal de controle e gestão de participações. A Copel Brisa Potiguar encontra-se em fase pré-operacional e apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 7, em 31.12.2015.

A Companhia está desobrigada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas em virtude de atender às exceções de apresentação dessas demonstrações, conforme disposto no CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22.03.2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo;
- o investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial; e
- o valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pela dedução do valor justo dos ativos do plano do valor presente da obrigação atuarial calculada por atuário contratado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs n^{os} 3.2 e 11 - Instrumentos financeiros; e
- NEs n^{os} 3.4 e 8 - Benefícios pós-emprego.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Investimento em controlada

A controlada é a entidade em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

O investimento em controlada é reconhecido nas demonstrações financeiras da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pela investida, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil do investimento.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

3.2.3 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.4 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.5 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Nos exercícios de 2015 e 2014 não foram reconhecidos ativos e passivos fiscais diferidos, por não atenderem a todos os critérios para o seu reconhecimento.

3.4 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.6 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.7 Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. Não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.8 Novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquela que pode ser relevante para a Companhia é a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|--------------|--------------|
| Caixa e bancos conta movimento | 95 | 160 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 7.049 | 2.507 |
| | 7.144 | 2.667 |

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Transações com Partes Relacionadas

| Parte Relacionada / Natureza da operação | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|---------------|--------------|
| Ativo circulante | | |
| Entidades sob controle comum - compartilhamento de gastos | | |
| Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. | 1.257 | - |
| Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. | 1.282 | - |
| Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. | 1.612 | - |
| Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. | 1.229 | - |
| Santa Maria Energias Renováveis S.A. | 1.252 | - |
| Santa Helena Energias Renováveis S.A. | 1.590 | - |
| Ventos de Santo Uriel S.A. | 751 | - |
| GE Boa Vista S.A. | 735 | - |
| GE Farol S.A. | 1.083 | - |
| GE Olho D'Água S.A. | 1.674 | - |
| GE São Bento do Norte S.A. | 1.580 | - |
| Usina de Energia Eólica Cutia S.A. | 260 | - |
| Outras | 88 | - |
| | 14.393 | - |
| Passivo circulante | | |
| Controladora - Copel - compartilhamento de gastos | 312 | 1.137 |
| | 14.705 | 1.137 |

O total de serviços de pessoal-chave da administração da Companhia em 2015 foi compartilhado entre as entidades relacionadas acima, conforme contrato de compartilhamento. Em 2014, a Companhia registrou gastos com seus administradores de acordo com as NEs n^{os} 10.1 e 8.3.

Em 2015, os valores registrados em gastos com Administradores, conforme NEs n^{os} 10.1 e 8.3, referem-se a serviços de pessoal-chave prestados pela Controladora, conforme contrato de compartilhamento.

A Companhia patrocina planos previdenciário e assistencial administrados pela Fundação Copel, conforme NE n^o 8, cujos saldos do passivo são apresentados na NE 8.3.

6 Obrigações Sociais e Trabalhistas

| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|--------------|--------------|
| Obrigações sociais | | |
| Impostos e contribuições sociais | 497 | 321 |
| Encargos sociais sobre férias e 13 ^o salário | 293 | 169 |
| | 790 | 490 |
| Obrigações trabalhistas | | |
| Folha de pagamento, líquida | 264 | - |
| Férias | 929 | 459 |
| Participação nos lucros e/ou resultados | 148 | 312 |
| | 1.341 | 771 |
| | 2.131 | 1.261 |

7 Outras Obrigações Fiscais

| | #REF! | #REF! |
|---|------------|-----------|
| Passivo circulante | | |
| PIS/Pasep e Cofins a recolher | 2 | - |
| Outros tributos | 4 | - |
| | 6 | - |
| Passivo não circulante | | |
| INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a) | 125 | 29 |
| | 125 | 29 |

(a) Mandado de segurança no qual a Companhia contesta a incidência de contribuição do Senai sobre determinadas verbas trabalhistas. Os valores contestados vêm sendo depositados judicialmente.

8 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

8.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

8.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

8.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|----------------------|-----------------------|--------------|
| Plano previdenciário | 3 | 5 |
| Plano assistencial | 1.347 | 2.265 |
| | 1.350 | 2.270 |
| | Circulante | 15 |
| | Não circulante | 1.335 |
| | | 5 |
| | | 2.265 |

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|------------|------------|
| Plano previdenciário (CV) | 102 | 325 |
| Plano previdenciário (CV) - administradores | 6 | 71 |
| Plano assistencial - pós-emprego | 41 | 27 |
| Plano assistencial - funcionários ativos | 57 | 109 |
| Plano assistencial - administradores | 1 | 9 |
| | 207 | 541 |

8.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

| | Circulante | Não circulante | Total |
|--|------------|----------------|--------------|
| Em 1 .01.2014 | 2 | - | 2 |
| Apropria o do cáculo atuarial | - | 26 | 26 |
| Contribui es previdenciárias e assistenciais | 515 | - | 515 |
| Ajuste referente a perdas atuariais | - | 2.265 | 2.265 |
| Transferências | 26 | (26) | - |
| Amortiza es | (538) | - | (538) |
| Em 31.12.2014 | 5 | 2.265 | 2.270 |
| Apropria o do cáculo atuarial | - | 388 | 388 |
| Contribui es previdenciárias e assistenciais | 1.214 | - | 1.214 |
| Ajuste referente a ganhos atuariais | - | (1.299) | (1.299) |
| Transferências | 19 | (19) | - |
| Amortiza es | (1.223) | - | (1.223) |
| Em 31.12.2015 | 15 | 1.335 | 1.350 |

8.5 Avalia o atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

8.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determina o dos valores de obriga es e custos, para 2015 e 2014, estão demonstradas a seguir:

| | 2015 | | 2014 | |
|---|-------|------------|-------|------------|
| | Real | Nominal | Real | Nominal |
| Econ micas | | | | |
| Infla o a.a. | - | 6,80% | - | 6,40% |
| Taxa de desconto/retorno esperados a.a. | | | | |
| Planos de benefícios previdenciários | 7,26% | 14,56% | 6,11% | 12,90% |
| Planos de benefício assistencial | 7,27% | 14,56% | 6,16% | 12,95% |
| Crescimento salarial a.a. | 2,00% | 8,94% | 2,00% | 8,53% |
| Demográficas | | | | |
| Tábua de mortalidade | | AT - 2000 | | AT - 2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | | WINKLEVOSS | | WINKLEVOSS |
| Tábua de entrada em invalidez | | A. VINDAS | | A. VINDAS |

8.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

| | Plano BD | Plano CV |
|----------------------------|----------|----------|
| Em 31.12.2015 | | |
| Participantes aposentados | 15,62 | 25,68 |
| Participantes pensionistas | 16,64 | 28,65 |
| Em 31.12.2014 | | |
| Participantes aposentados | 16,75 | 24,67 |
| Participantes pensionistas | 17,17 | 32,62 |

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,9 anos.

8.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2015 totalizaram um superávit do plano de R\$ 991, enquanto que, em 31.12.2014, a posição era de R\$ 154, resumidas abaixo:

| Consolidado | Plano Previdenciário | Plano Assistencial | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|----------------------|--------------------|--------------|--------------|
| Obrigações total ou parcialmente cobertas | 5.063 | 1.719 | 6.782 | 6.323 |
| Valor justo dos ativos do plano | (6.054) | (372) | (6.426) | (4.212) |
| Estado de cobertura do plano | (991) | 1.347 | 356 | 2.111 |
| Ativo não reconhecido | 991 | - | 991 | 154 |
| | - | 1.347 | 1.347 | 2.265 |

A Companhia procedeu ajustes no seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2015, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 1.298, correspondente a uma redução apurada naquela data base.

8.5.4 Movimentação do passivo atuarial

| Consolidado | Plano previdenciário | Plano assistencial |
|---|----------------------|--------------------|
| Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2014 | - | - |
| Perdas atuariais | 3.678 | 2.645 |
| Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2014 | 3.678 | 2.645 |
| Custo de serviço | - | 98 |
| Custo dos juros | 440 | 338 |
| Benefícios pagos | - | (13) |
| (Ganhos) / perdas atuariais | 945 | (1.349) |
| Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2015 | 5.063 | 1.719 |

8.5.5 Movimentação do ativo atuarial

| Consolidado | Plano previdenciário | Plano assistencial |
|--|-----------------------------|---------------------------|
| Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2014 | - | - |
| Contribuições e aportes | 23 | - |
| Ganhos atuariais | 3.809 | 380 |
| Valor justo do ativo do plano em 31.12.2014 | 3.832 | 380 |
| Retorno esperado dos ativos | 497 | 49 |
| Ganhos / (perdas) atuariais | 1.725 | (57) |
| Valor justo do ativo do plano em 31.12.2015 | 6.054 | 372 |

8.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2016, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

| | Plano previdenciário | Plano assistencial | 2016 |
|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|--------------|
| Custo do serviço corrente | - | 1.402 | 1.402 |
| Custo estimado dos juros | 739 | 272 | 1.011 |
| Rendimento esperado do ativo do plano | (854) | (60) | (914) |
| Custos (receitas) | (115) | 1.614 | 1.499 |

8.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

| | Cenários projetados | | |
|--|----------------------------|-------------------|-------------------|
| | Atual | Aumento 1% | Redução 1% |
| Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo | | | |
| Impactos nas obrigações do programa previdenciário | 7,26% | -6,86% | 7,86% |
| Impactos em milhares de reais - R\$ | | (347) | 398 |
| Impactos nas obrigações do programa de saúde | 7,27% | -18,83% | 25,07% |
| Impactos em milhares de reais - R\$ | | (324) | 431 |
| Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos | | | |
| Impactos nas obrigações do programa de saúde | 1,00% | 5,69% | -5,40% |
| Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$ | | 143 | (178) |
| Sensibilidade ao custo do serviço | | | |
| Impactos nas obrigações do programa previdenciário | 1,00% | -0,18% | 0,24% |
| Impactos em milhares de reais - R\$ | | (9) | 12 |
| Impactos nas obrigações do programa de saúde | 1,00% | -4,97% | 3,76% |
| Impactos em milhares de reais - R\$ | | (86) | 65 |

8.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

| Consolidado | Plano previdenciário | Outros benefícios | Total |
|--------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------|
| 2016 | 461 | 45 | 506 |
| 2017 | 667 | 42 | 709 |
| 2018 | 622 | 39 | 661 |
| 2019 | 633 | 44 | 677 |
| 2020 | 1.079 | 48 | 1.127 |
| 2021 a 2055 | 27.299 | 1.537 | 28.836 |

8.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2015 e a alocação-meta para 2016, por categoria de ativos, são as seguintes:

| Consolidado | Meta para 2016 | 2015 |
|----------------------------|-----------------------|---------------|
| Renda fixa | 87,6% | 88,6% |
| Renda variável | 4,2% | 3,7% |
| Empréstimos | 1,6% | 1,6% |
| Imóveis | 1,9% | 1,9% |
| Investimentos estruturados | 4,7% | 4,2% |
| | 100,0% | 100,0% |

A seguir são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

| | Plano Unificado (BD) | | Plano III (CV) | |
|----------------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | meta (%) (*) | mínimo (%) | meta (%) | mínimo (%) |
| Renda fixa | 91,7% | 87,0% | 80,0% | 60,0% |
| Renda variável | 1,8% | 1,0% | 8,5% | 7,0% |
| Empréstimos | 1,0% | 0,0% | 3,0% | 1,0% |
| Imóveis | 2,5% | 1,0% | 1,0% | 0,0% |
| Investimentos estruturados | 3,0% | 0,0% | 7,5% | 0,0% |

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

9 Patrimônio Líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2015 monta a R\$ 8.300 (R\$ 2.000, em 31.12.2014) e é composto por 8.300.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

9.2 Mutações de ajustes de avaliação patrimonial

| | |
|---|----------------|
| Em 1º.01.2014 | - |
| Ajustes referentes a passivos atuariais: | |
| Benefícios pós-emprego | (2.265) |
| Em 31.12.2014 | (2.265) |
| Ajustes referentes a passivos atuariais: | |
| Benefícios pós-emprego | 1.299 |
| Em 31.12.2015 | (966) |

10 Despesas Operacionais

| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|----------------|----------------|
| Pessoal e administradores (10.1) | (1.588) | (6.696) |
| Serviços de terceiros (10.2) | (367) | (467) |
| Planos previdenciário e assistencial (NE nº 8.3) | (207) | (541) |
| Material | (7) | (13) |
| Provisão para passivo a descoberto em controlada | (7) | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | (1) | - |
| Outros custos e despesas operacionais | (66) | (62) |
| | (2.243) | (7.779) |

10.1 Pessoal e administradores

| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|--------------|--------------|
| Pessoal | | |
| Remunerações | 890 | 3.209 |
| Encargos sociais | 376 | 1.046 |
| Auxílio alimentação e educação | 103 | 231 |
| Participação nos lucros e/ou resultados (a) | 148 | 321 |
| Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias | - | 120 |
| | 1.517 | 4.927 |
| Administradores | | |
| Honorários | 45 | 1.379 |
| Encargos sociais | 13 | 374 |
| Outros gastos | 13 | 16 |
| | 71 | 1.769 |
| | 1.588 | 6.696 |

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

10.2 Serviços de terceiros

| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|------------|------------|
| Consultoria e auditoria | 88 | 4 |
| Treinamento | 67 | 42 |
| Publicação legal | 45 | 31 |
| Manutenção de instalações | 31 | 18 |
| Comunicação, processamento e transmissão de dados | 6 | 23 |
| Outros serviços | 130 | 349 |
| | 367 | 467 |

11 Instrumentos Financeiros

11.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

| | NE nº | Nível | 31.12.2015 | | 31.12.2014 | |
|--|----------|-------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 4 | 1 | 7.144 | 7.144 | 2.667 | 2.667 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Fornecedores (a) | | | 247 | 247 | 97 | 97 |
| Benefícios pós-emprego (b) | 8.3 | | 1.350 | 1.350 | 2.270 | 2.270 |
| Total dos passivos financeiros | | | 1.597 | 1.597 | 2.367 | 2.367 |

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.
b) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.4.

11.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia, por meio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

11.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

11.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte.

| | Juros (a) | Menos de 1 mês | 1 a 3 meses | 3 meses a 1 ano | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Passivo Total |
|------------------------|-----------|----------------|-------------|-----------------|--------------|----------------|---------------|
| 31.12.2015 | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 247 | - | - | - | - | 247 |
| Benefícios pós-emprego | 8,94% | 42 | 84 | 380 | 3.174 | 28.836 | 32.516 |
| | | 289 | 84 | 380 | 3.174 | 28.836 | 32.763 |
| 31.12.2014 | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 97 | - | - | - | - | 97 |
| Benefícios pós-emprego | 8,53% | 34 | 68 | 306 | 2.136 | 12.417 | 14.961 |
| | | 131 | 68 | 306 | 2.136 | 12.417 | 15.058 |

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

11.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foi considerado o saldo existente na respectiva conta em 31.12.2015 e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação do CDI/Selic de 15,77%, com base na taxa de referência de LTN com vencimento em 1º.01.2017, divulgada pela Bovespa em 30.12.2015.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

| Risco de taxa de juros e variações monetárias | Risco | Base 31.12.2015 | Cenários projetados - dez.2016 | | |
|--|-----------------|--------------------|--------------------------------|---------|--------|
| | | | Provável | Adverso | Remoto |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Equivalentes de caixa - aplicações financeiras | Baixa CDI/SELIC | 7.049 | 1.116 | 837 | 558 |

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Copel Renováveis S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Renováveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - *IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, representando uma informação adicional às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 22 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Renováveis S.A. - Copel REN, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeira, da Proposta da Administração para Pagamento de Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e da Proposta para Aumento do Capital Social e Atualização do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 23 de março de 2016

OSNI RISTOW

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

NELSON LEAL JUNIOR